

Copom aumenta a Selic para 13,75% a.a.

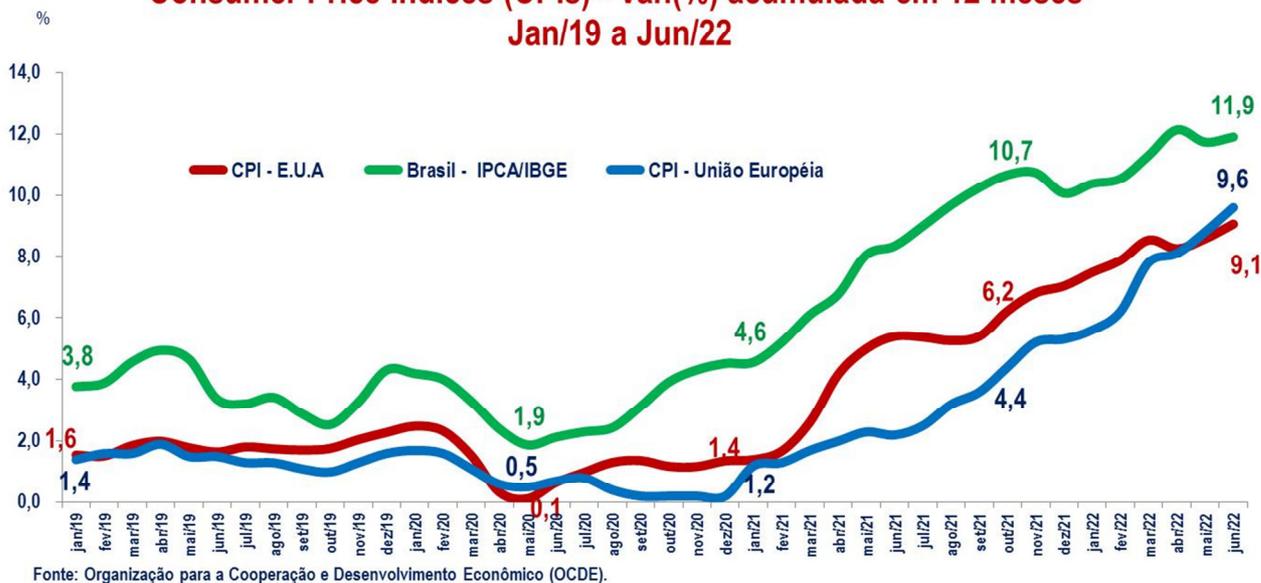
O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) aumentou a taxa Selic em 0,5 ponto percentual. Foi a 12ª elevação consecutiva e confirmou as expectativas do mercado financeiro. Com isso, a referida taxa, que estava em 13,25% a.a., passou para 13,75% a.a. No atual ciclo de elevações, a Selic já aumentou 11,75 pontos percentuais. Dessa forma, a taxa voltou ao patamar do final do ano 2016, quando também foi 13,75%a.a..



Fonte: Banco Central do Brasil.

A justificativa utilizada para o atual ciclo de aperto monetário é a inflação. Nesse contexto, é importante ressaltar duas questões: o aumento de preços acontece no cenário global. Com o início da pandemia, as cadeias produtivas globais foram impactadas e sofreram forte desestruturação. Com o avanço da vacinação, elas iniciaram um processo de readequação. Entretanto, sofreram novo impacto em fevereiro/22, com o início dos conflitos entre Rússia e Ucrânia. Dessa forma, a elevação de preços é um fenômeno mundial. O Índice de Preços ao Consumidor da União Europeia, por exemplo, acumulou nos últimos 12 meses, encerrados em junho/22, alta de 9,6%. Nos Estados Unidos, neste mesmo período, a variação foi de 9,1%, o que correspondeu a maior alta em 12 meses desde novembro/1981. No Brasil, o aumento foi de 11,9%.

Consumer Price Indices (CPIs) - Var.(%) acumulada em 12 meses Jan/19 a Jun/22



A análise dos resultados de alguns países também evidencia o quanto o aumento de preços atual está superior ao registrado anteriormente. No Chile, por exemplo, enquanto nos últimos 12 meses encerrados em junho/21 a inflação acumulou alta de 3,8%, nos últimos 12 meses encerrados em junho/22 a alta foi de 12,5%. Na Espanha, nessa mesma base de comparação, o Índice de Preços ao Consumidor passou de 2,7% para 10,2%.

Consumer Price Indices (CPIs) Var.(%) acumulada em 12 meses - Junho/21 e Junho/22



Vale destacar que vários países tem utilizado o aumento dos juros para controlar a inflação. O banco central americano (Federal Reserve), por exemplo, elevou a sua taxa básica de juros, no fim do mês de julho/22, em 0,75 ponto percentual – para o intervalo entre 2,25% e 2,5%. Foi o segundo aumento consecutivo. Isso aconteceu porque a inflação no País está no maior patamar dos últimos 40 anos.

O aperto na oferta de crédito da economia americana acaba refletindo em todo o mundo. Câmbio, valores de ações negociadas nas bolsas, nível de investimento, emprego e inflação em diversas economias recebem o impacto dessas altas. É preciso ressaltar que este aperto monetário, que objetiva reduzir o consumo e, com isso, amenizar a inflação, provoca, por outro lado, um maior rendimento dos títulos do Tesouro americano, que são considerados os mais seguros do mundo. Assim, os investidores podem direcionar os seus recursos para esse mercado, reduzindo, então, as suas aplicações em outras economias. E essa maior procura provoca um aumento do dólar. No Brasil, o aumento do dólar ajuda a alimentar a inflação.

Diversos países têm elevado suas taxas de juros com o objetivo de arrefecer a demanda e reduzir a pressão do aumento de preços. O Banco Central Europeu, por exemplo, é outro que também promoveu a elevação de suas taxas. Entretanto, é importante ressaltar que o contexto macroeconômico do Brasil é diferente de outras economias internacionais. O mercado de trabalho é um bom exemplo disso. No País, apesar da taxa de desemprego ter atingido 9,3% no segundo trimestre de 2022 (o menor patamar para o período desde 2015), a população desempregada ainda é de cerca de 10 milhões de pessoas.

O aumento de juros acontece em meio a percepção da desaceleração da economia global. Vem ganhando força a redução das expectativas de crescimento de diversas economias. No final de julho/22, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou as suas novas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Observa-se uma redução nessas estimativas. Enquanto em abril/22 o órgão projetava incremento de 3,6% para a economia global, em julho/22 essa projeção foi reduzida para 3,2%. As expectativas para as economias avançadas passaram, neste período, de 3,3% para 2,5% e para a China alteraram de 4,4% para 3,3%. Para o Brasil, o movimento foi ao contrário e o FMI aumentou a expectativa de crescimento de 0,8%, realizada em abril, para 1,7% em julho/22.

FMI - Projeções de crescimento (%) para o PIB em 2022

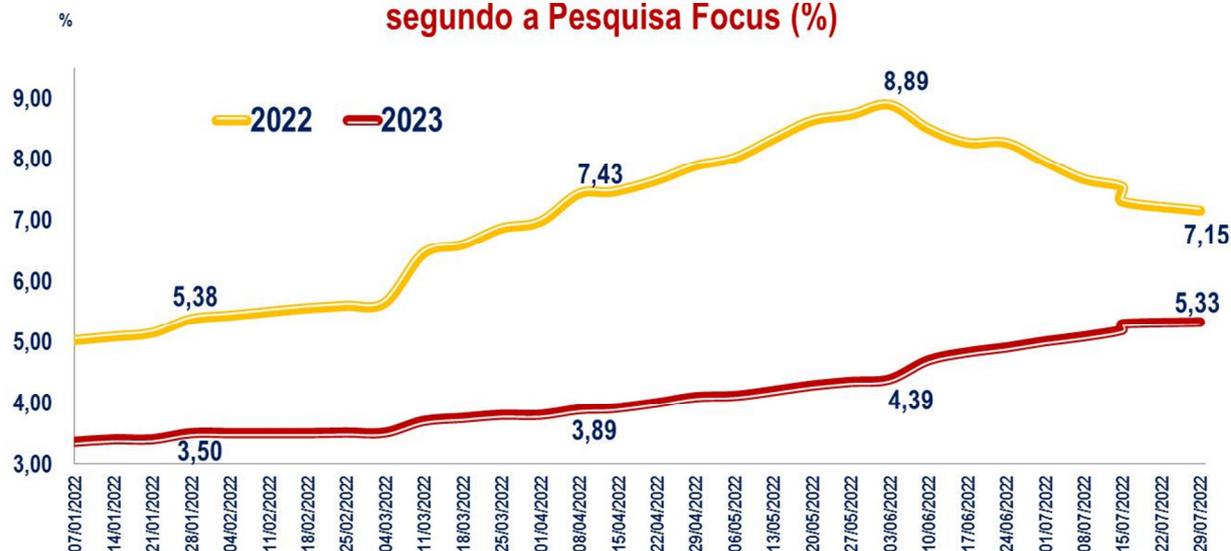


Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Pesquisa Focus, de 29 de julho, realizada pelo Banco Central reduziu, pela quinta semana consecutiva, a projeção de alta para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é o indicador oficial da inflação no País. Agora se espera que ele encerre 2022 com alta de 7,15%. É importante ressaltar que a pesquisa do dia 3 de junho/22 estimava alta de 8,89% para esse indicador. Vale lembrar que o centro da meta inflacionária para 2022 é de 3,5% e o teto é 5%. Mesmo assim, a redução das projeções para o aumento dos preços do País, neste ano, não deixam de ser satisfatórias.

Para 2023 a pesquisa do Banco Central continuou, pela 17ª semana consecutiva, aumentando as projeções e agora aguarda incremento de 5,33% para o IPCA. As estimativas para o aumento de preços na economia brasileira no próximo ano ganharam ainda mais força após a aprovação pelo Congresso do projeto que limita o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre itens como diesel, gasolina, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Esses itens passaram a ser classificados como essenciais e indispensáveis, o que, então, impede a cobrança, até o fim de 2022, de taxa superior à alíquota geral de ICMS que está entre 17% a 18%, dependendo do local. Assim, com o retorno da cobrança maior dos tributos em 2023, várias consultorias passaram a estimar maior pressão sobre a inflação no próximo ano.

Expectativas para a Inflação (IPCA/IBGE) em 2022 e 2023 segundo a Pesquisa Focus (%)



Fonte: Banco Central do Brasil - Boletim Focus (29/07/2022).

Neste contexto, é importante destacar que o Índice de Preços ao Consumidor Semanal – IPC-S, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou queda de 1,19% na verificação até o dia 31/7/22. Os itens com maiores influências negativas para esse resultado foram: gasolina (-14,24%), passagem aérea (-19,81%), tarifa de eletricidade residencial (-5,13%), tomate (-22,39%) e etanol (-11,02%). Nos últimos 12 meses o IPC-S acumula alta de 8,0%.

Fatores como o conflito Rússia x Ucrânia, o aumento do preço do petróleo, do gás, e o desarranjo nas cadeias globais de insumos exercem influência direta na oferta de vários produtos e, portanto, na inflação. Por esse motivo, questiona-se até onde vai a eficiência dessa forte elevação nos juros. Em março/21, quando a Selic estava em 2% a.a., o IPCA/IBGE acumulava elevação de 6,10% em 12 meses. Atualmente, com todos os acontecimentos adicionais (como a guerra Rússia x Ucrânia e a política de tolerância zero com a Covid na China) o IPCA está em 11,89%, mas os juros estão 11,75 pontos maiores.

A atividade econômica brasileira surpreendeu no primeiro semestre do ano. E as projeções para o resultado do PIB ganharam força. A Pesquisa Focus, de 29 de julho, espera crescimento de 1,97% para o Brasil. No início de 2022 as expectativas apontam incremento bem modesto: 0,28. Os resultados do emprego formal demonstram o bom desempenho econômico dos primeiros seis meses do ano. Conforme os dados do novo Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho, de janeiro a junho/22 foram geradas, em todo o País, 1,335 milhão de novas vagas com carteira assinada. Com isso, o número de trabalhadores com carteira assinada passou a ser de 42,013 milhões enquanto, em dezembro/21 era 40,678 milhões.

Importante ressaltar que o aumento da taxa de juros têm sido um dos principais problemas enfrentados pelos empresários da Construção Civil. Conforme a Sondagem da Construção, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), quase 30% dos empresários pesquisados destacaram os juros altos como principal problema do setor, o que correspondeu ao maior patamar desde o 1º trimestre de 2017 (35%).



Nesse contexto, destaca-se que os juros altos impactam diretamente os investimentos produtivos. Para conter o avanço dos juros, da inflação e estimular as atividades da economia, o Brasil necessita das reformas estruturais, como a Administrativa e a Tributária. Elas podem trazer de volta a confiança que os investimentos precisam para ser consolidados e podem, ainda, proporcionar um ambiente de negócios mais saudável. O Brasil precisa avançar neste aspecto.

Elaboração: Economista Ieda Vasconcelos